



BOLETIM INFORMATIVO DA CONICQ

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Nº 06 – MAIO 2017

DESTAQUES

STF julga em junho processo que proíbe cigarros saborizados

Parado no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2013, quando a ministra Rosa Weber, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4.874), suspendeu por liminar a resolução da Anvisa, que proibiu a fabricação e venda de cigarros com aroma e sabor, o processo foi incluído na pauta, e poderá ser julgado no dia 21 junho. O processo iria a julgamento em novembro de 2016, mas foi adiado por falta de tempo.

Na liminar, a ministra Rosa Weber considerou que a proibição representava “perigo imediato do fechamento de fábricas e da demissão em massa de trabalhadores”.

A ação foi apresentada pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) que defende como inconstitucional o inciso XV do artigo 7º da Lei Federal 9.782/99 que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa, e atinge, conseqüentemente, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC nº 14, de 15 de março de 2012.

A RDC foi publicada em março de 2012, e concedia às indústrias tabagistas prazo de 18 meses para adequar a produção e a importação de produtos derivados do tabaco às restrições ao uso de aditivos. O objetivo seria diminuir o consumo de cigarros entre o público jovem.

A CNI argumenta, porém, que a resolução proibiu aditivos de forma genérica, restringindo o uso de qualquer substância que não seja tabaco ou água, o que resultaria no banimento de praticamente todos os cigarros vendidos legalmente no país – fabricados a partir de uma mistura de aditivos e de diversos tipos de fumo conhecida por *american blend*.

Fonte: STF – Edição: SE-Conicq

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=248495>

BRASIL

Sociedade de Toxicologia discute redução de danos no tabagismo

Mais uma ação na rede que integra o controle do tabagismo no Brasil. Para ampliar a integração e colaboração entre estudantes e profissionais de saúde envolvidos na área de toxicologia, além de fortalecer laços com a comunidade científica e profissional, a Sociedade Brasileira de Toxicologia irá debater o tema redução de danos no tabagismo. O evento irá ocorrer na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, da Universidade de São Paulo, no dia oito de junho.

Os cursos e palestras serão franqueados, com 100 vagas limitadas aos profissionais de saúde interessados em se aprofundar na redução de danos no tabagismo.

Entre os palestrantes, Jaqueline Scholz, Diretora do Ambulatório de Tratamento do Tabagismo do InCor, Tânia Cavalcante, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, e Mônica Andreis, Vice-Diretora da Aliança de Controle do Tabagismo – ACT.

Local: Auditório "Maria Aparecida Pourchet Campos" (Verde), Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, Av. Prof. Lineu Prestes, 580 - Butantã, São Paulo – SP

Dia: 08 de junho - 14h00

Abertura: Danielle Palma, Presidente Sociedade Brasileira de Toxicologia da SBTTox

MESA 1 – Impacto do tabagismo na saúde pública - 14h15

O custo social das doenças relacionadas ao tabagismo

Dra. Jaqueline Scholz, Diretora do Ambulatório de Tratamento do Tabagismo do InCor

14h40 - Ações nacionais promovidas pela Comissão de implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Dra. Tania Cavalcanti – Secretaria do CONICQ/INCA

15h05 - Histórico regulatório e novos produtos fumígenos

Dra. Silvia Cazenave, superintendente da ANVISA (2014-2016)

15h30 - Debate

MESA 2 – O controle do tabagismo: presente e futuro

16:00 - Tendências globais para o controle do tabagismo

Mônica Andreis – Vice-Diretora da Aliança de Controle do Tabagismo – ACT

16:25 - Aspectos toxicológicos da redução de danos de drogas lícitas

Dra. Alice Chasin, Toxicologista.

16:50 - Novas tecnologias para redução de risco à saúde
Dr. Marcus da Matta, consultor de políticas públicas em saúde ambiental

17:15 - Debate

17:45 - Encerramento

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Diversificação obrigatória do tabaco pode ficar congelada em 20%

Em 2016, após pressão da cadeia produtiva do tabaco, o Conselho Monetário Nacional alterou a resolução nº 4513 do Banco Central, desobrigando a comprovação de 30% de diversificação de cultura para os produtores de tabaco para terem acesso aos créditos do Pronaf. Uma das metas dos representantes do tabaco é que a área destinada à diversificação fique estipulada em 20%, contrariando o Programa de Diversificação do governo brasileiro amparado pelo artigo 17 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

A resolução exigia que, para ter acesso a financiamentos, os produtores deveriam aumentar, gradativamente, a proporção de sua renda obtida com outras culturas. A norma aumentava a área diversificada para 30% em 2016; passando para 40% na safra 2017/18 e chegando a 50% a partir de 2018/19.

A reivindicação da cadeia produtiva do tabaco, caso atendida, pode entrar em conflito com o cenário de retração do consumo global do tabaco, conforme anunciado pelo Presidente da Associação Internacional dos Produtores de Tabaco, ITGA, durante o Encontro Regional do ITGA, ocorrido em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, em março.

Além da redução do consumo, os preços do tabaco em queda estão obrigando os representantes da cadeia produtiva a solicitar aos agricultores que reduzam a área plantada, o que poderia gerar novas alternativas de produção.

Fonte: SE-Conicq

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Pauta dos representantes do tabaco com governo inclui contrabando e financiamento do Pronaf

Folheto da Afubra pede redução da área plantada com tabaco

Uma delegação pró-tabaco composta pela Amprotabaco, Afubra e Abifumo percorreu os ministérios da agricultura e justiça para tratar de temas como a destinação dos recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos agricultores que plantam tabaco, e dos problemas decorrentes do avanço do contrabando de cigarro.

As reuniões ocorreram durante a “marcha em defesa dos municípios”, em Brasília, no dia 16 de maio. Os pormenores das reuniões foram informados pelo Presidente da Afubra, Benício Werner, no dia 21 de maio, através da Rádio Afubra.

A primeira escala foi no Ministério da Agricultura. Intermediado pela Senadora Ana Amélia (PP-RS), a Amprotabaco, presidida pelo Prefeito de Santa Cruz do Sul, Telmo Kirst, se reuniu com o ministro interino, Eumar Novacki, onde entregou uma carta destacando os efeitos negativos do contrabando de cigarros sobre a economia brasileira.

Outra reivindicação tratou dos repasses do Pronaf aos produtores de tabaco. Segundo Werner, o recurso, em caso de aprovação, seria utilizado para a aquisição de estufas (secadores de tabaco) que seriam empregadas não só com tabaco, mas como outras culturas, como cereais, dentro de uma política de diversificação estabelecida pela Afubra.

Para Werner, a decisão sobre o Pronaf tem que envolver Banco Central e Casa Civil. “a questão é mais política”, declarou, destacando a necessidade da entidade de buscar apoio junto ao Ministro da Fazenda, Henrique Meireles.

A segunda agenda foi no Ministério da Justiça. Acompanhados por diversos Prefeitos de áreas produtoras, os representantes do tabaco se reuniram com o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que anunciou como resposta ao aumento do tabaco ilegal, a criação de um comitê nacional de combate ao contrabando. Segundo o texto da assessoria de imprensa que cobriu a reunião, os participantes não fizeram referência a tramitação do Protocolo do Comércio Ilícito dos Produtos de Tabaco. A comitiva estava acompanhada pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), e pela Senadora Ana Amélia (PP-RS).

Werner informou que a Comitiva tentou obter junto ao Ministério das Relações Exteriores o nome que substituirá o representante deste ministério na Conicq após a saída do diplomata Carlos Cuenca.

O Presidente da Afubra também relatou sobre a produção de um folheto destinado aos agricultores para reduzir ou manter a produção atual de tabaco para que os preços das próximas safras sejam compensadores.

“Estamos pedindo aos produtores reduzirem a safra de tabaco. Menos é mais. É preciso reduzir a produção para a safra de 2016/18; Os produtores tiveram uma grande produção, mas um baixo preço”, finalizou.

Fonte: Sinditabaco/Afubra – Edição: SE-Conicq

<http://sinditabaco.com.br/brasil-ainda-nao-aderiu-ao-protocolo-para-combater-mercado-ilegal-de-tabaco/>

<http://www.afubra.com.br/noticias/10662/programa-da-afubra-dia-20-de-maio-de-2017.html>

Deputado solicita contenção em 20% de área diversificada para acessar Pronaf

Em audiência com o secretário Especial de Agricultura Familiar, José Ricardo Roseno, no dia 12 de abril, o deputado federal Heitor Schuch (PSB/RS), apresentou as propostas da Afubra para o Plano Agrícola e Pecuário 2017, além de pleitear a manutenção do atual índice de 20% de receita bruta gerada com outras atividades agropecuárias, que não o fumo, para acessar acesso ao Pronaf, o que poderá resultar na alteração da Resolução 4.513/2016 do Banco Central.

Em 2016, após pressão de representantes do setor produtivo, o Conselho Monetário Nacional modificou a resolução nº 4.483 que instituiu o mínimo de 30% como requisito básico para a contratação de financiamentos, e aumento progressivo com outras culturas até alcançar o índice de 50% em 2020/21.

“Na safra anterior conseguiu-se reverter a determinação, mas agora o assunto volta à tona”, explica Schuch.

A proposta da Afubra, defendida por Schuch também pede a correção do Manual do Crédito Rural que proíbe o financiamento por meio do Pronaf para construção, reforma e manutenção de estufas de uso misto, que, além de produtos como milho, feijão e amendoim, são usadas também na cura e secagem do tabaco.

“Se a intenção é fomentar a diversificação, estas normativas contrariam o objetivo. O governo precisa entender que os fumicultores mantêm na propriedade atividades produtivas de subsistência e também para a venda, no caso leite, suínos e aves”, defende.

“Grande parte da renda do produtor ainda é o tabaco”. Heitor Schuch, deputado federal (PSB/RS)

Fonte:

Romeu Schneider assume presidência da Câmara do Tabaco

Pronaf, cigarro ilegal, embalagem genérica e o avanço da certificação do tabaco estão na agenda de Schneider

O secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil, Romeu Schneider, foi eleito para presidir a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, órgão pertencente ao Ministério da Agricultura. Como consultor da Câmara Setorial foi escolhido Carlos Galant, diretor-executivo da Abifumo. O mandato irá até 2019.

Schneider liderou os trabalhos à frente da Câmara por nove anos e, nos últimos dois anos, durante o mandato do ex-prefeito de Venâncio Aires/RS, Airton Artus, atuou como consultor do órgão, ligado ao Ministério da Agricultura.

Conforme Schneider, uma das ações da Câmara Setorial será o combate ao mercado ilegal de cigarros.

“Precisamos, com urgência, de ações efetivas no combate ao comércio ilegal. O governo tem atuado em ações que colaboram com o produto irregular, como o aumento dos impostos dos cigarros legais que, ao invés de aumentar a arrecadação, derruba as vendas”, enfatiza o novo presidente, ao lembrar que o mercado ilegal está cada vez mais forte, onde, atualmente, cerca de 40% das vendas de cigarros é dominada pelo mercado ilegal.

Segundo Schneider, uma audiência com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, será marcada para debater o Pronaf que, no entendimento dos representantes da fumicultura, prejudica os fumicultores que não comprovam, anualmente, um percentual crescente de 30% a 50% de receita gerada por culturas paralelas ao tabaco.

"Na avaliação da Câmara Setorial, essa restrição barra o desenvolvimento e compra de equipamentos para fomento de outras produções agrícolas e não fomenta a diversificação das lavouras de tabaco, saudadas com tanta ênfase por alguns órgãos do Governo”, explica Schneider.

O presidente da Câmara Setorial trará em sua agenda a questão da embalagens genéricas. “Abordamos uma série de pontos que nos preocupam muito. Uma delas, a agenda regulatória da Anvisa sobre as embalagens genéricas que, a exemplo do aumento dos impostos sobre o cigarro legal, irá estimular o mercado ilegal.

O acordo comercial do Mercosul, mais precisamente do Brasil, com a União Europeia, onde o tabaco brasileiro paga 18% para ser exportado para a Europa, enquanto países da África, que produzem tabaco, exportam sem tarifa.

Isso irá impactar muito na exportação brasileira. Também preocupa uma lei que está para ser implantada na Indonésia, onde o governo daquele país quer que todo cigarro produzido localmente deva conter 80% de tabaco produzido lá, o que irá prejudicar a fumicultura brasileira”, comenta Schneider, enfatizando que a Câmara Setorial irá trabalhar em todos estes aspectos, solicitando a atenção do Governo Brasileiro.

Romeu Schneider destaca a certificação da Produção Integrada do Tabaco, onde mais de 500 produtores já contam com seus certificados.

“Mais uma vez o setor tabaco sai na frente de outros setores. Para o futuro, essa certificação é excelente, já que dá garantias de origem e qualidade do tabaco”, avalia Schneider.

Ele ainda destaca os dados positivos de uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), apresentada pelo SindiTabaco, sobre a propriedade fumicultora.

“Esses dados, de uma pesquisa realizada por uma universidade reconhecida, são importantes para apresentar os verdadeiros números e informações do setor, porque estes efetivamente representam a realidade”, conclui o presidente.

A próxima reunião do órgão está marcada para 16 de agosto, em Brasília.

Tabaqueira japonesa anuncia fábrica de cigarro de R\$ 80 milhões em Santa Cruz do Sul

A Japan Tobacco International (JTI) anunciou a instalação de uma fábrica de cigarros em Santa Cruz do Sul. Será um investimento de R\$ 80 milhões, segundo a prefeitura. A inauguração está prevista para março de 2018.

A empresa, que tem sede na Suíça, já conta com uma planta de processamento de fumo no município. Tem ainda unidades espalhadas por oito Estados.

No ano passado, a empresa inaugurou um Centro Nacional de Distribuição e investiu 90 milhões de reais em melhorias na operação de tabaco em folha em Santa Cruz do Sul e em Canoinhas (SC).

"Os consumidores brasileiros são extremamente exigentes quando se trata da escolha de produtos de alta qualidade (...). Esta nova fábrica nos dará a oportunidade de expandir o nosso portfólio, levando a adultos fumantes produtos de alta qualidade, disse, em nota, Diego Luchessa, gerente geral e vice-presidente da JTI Brasil.

Atualmente, a JTI importa as marcas de cigarros Camel e Winston de uma de suas unidades na Europa. Com a nova fábrica, a empresa passará a ter todas as fases de sua cadeia de produção no Brasil.

Fonte: Zero Hora – Edição: SE-Conicq

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2017/04/empresa-anuncia-fabrica-de-cigarro-de-r-80-milhoes-em-santa-cruz-do-sul-9780216.html>

CIGARRO ILÍCITO

Ministro da Justiça anuncia criação de comitê nacional de combate ao contrabando de cigarro

Receita ressalta que tributação estimula contrabando

O ministro da Justiça, Osmar Serraglio, anunciou durante audiência com representantes da cadeia produtiva do tabaco, no dia 18 de maio, em Brasília, a criação de um comitê nacional de combate ao contrabando.

A ideia é integrar as ações repressivas existentes entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita com as informações da cadeia produtiva do tabaco. Liderada pela AmproTabaco e pela senadora Ana Amélia Lemos, a mobilização busca por medidas mais enérgicas por parte do governo federal.

“Vamos designar alguém do Ministério para ter esse contato direto com os representantes da cadeia produtiva do tabaco com o intuito de cruzarmos informações junto à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria da Receita Federal, realizando uma integração das informações e do uso da inteligência para que resulte em algo mais concreto. Com todo o aparato que nós temos, precisamos fazer essa integração para que disso resulte algum meio ou instrumento, porque é muito expressivo que mais de 30% dos cigarros consumidos no País sejam ilegais”, disse Serraglio.

Presente na reunião, o diretor da Divisão de Repressão e Crimes Fazendários da Polícia Federal, Franco Perazzoni, destacou que a alta tributação do cigarro estimula o contrabando.

“Ao mesmo tempo em que temos uma postura de saúde por parte do governo, com o intuito de diminuir o consumo, a alta carga tributária acaba tendo um duplo efeito: diminui o consumo do produto legal e aumenta o consumo do produto ilegal”, afirmou Franco Perazzoni, diretor da Divisão de Repressão e Crimes Fazendários da Polícia Federal. Segundo ele, a média anual de apreensões gira em torno de quatro milhões de pacotes de cigarros.

Segundo o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke, a proposta passa pelo aprofundamento da relação entre Brasil e Paraguai, já que 60% da produção paraguaia é destinada ao contrabando.

“Precisamos avançar sobre o tema e uma das soluções possíveis também passa pela aproximação entre os países envolvidos, Brasil e Paraguai”, afirmou Schünke.

O presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), Telmo Kirst, falou sobre os impactos do contrabando para a economia.

“Somos 574 municípios produtores de tabaco e temos o compromisso com a defesa da economia de nossos municípios e, conseqüentemente, do País”, reiterou Kirst, que também é prefeito de Santa Cruz do Sul.

Presente na reunião, o deputado Alceu Moreira afirmou que o Brasil continuará a produzir cigarro enquanto houver mercado.

“Então, enquanto alguém fumar no mundo, o Brasil deve continuar produzindo tabaco”, afirmou Moreira.

Fonte: Sinditabaco – Edição: SE-Conicq
<http://sinditabaco.com.br/our-doctors/>

MUNDO SEM TABACO

Na Argentina, pesquisa conclui que consciência antifumo vem crescendo entre a população

Em 2010, a mesma pesquisa apontou para números bem menores

Às vésperas do Dia Mundial sem Tabaco, a Argentina, em pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas de Doenças Não-Transmissíveis com 1.503 pessoas, revela que o nível de consciência de sua população vem crescendo com relação ao controle do tabagismo no país.

"É uma reação pró-ativa para que se deixe de fumar", informou Darío Marsicano, presidente do Centro (Cienta), instituição que patrocinou a pesquisa que envolveu 1503 argentinos maiores de 18 anos.

Os proprietários de hostels que convidam os tabagistas a acender o cigarro fora de suas hospedarias foram estimados em 61,4%, enquanto 20,5% pedem para fumar na janela.

A pesquisa concluiu que houve aumento da consciência em comparação com a mesma pesquisa realizada em 2010.

Neste ano, 45,3% convidaram seus hóspedes a fumar nas áreas externas, e 24,6% perto da janela. O total chegou a 69,9%. O número evoluiu mesmo entre aqueles que são indiferentes, e não dizem nada; em 2010, foi de 25,8% e desceu para 16,4%.

"As crianças não desenvolveram plenamente o seu sistema pulmonar, e fumando na frente deles, seja em casa, carro, ou mesmo em locais de lazer como praças e parques, não só é um mau exemplo, até porque o fumo passivo afeta o seu desenvolvimento e saúde física", disse Marsicano.

O carro é outro lugar importante para os argentinos, e entre os entrevistados que possuíam veículos, 82% não permitem fumar no interior, o que significa uma ligeira melhoria de 81,7% em comparação a 2013.

A pesquisa apresentou outra informação: o aumento do preço do tabaco, já que em 2016, o cigarro foi reajustado em 53%. A projeção mostrou que 22,2% reduzirão o consumo, e 4,8% deixarão de fumar.

"A pesquisa é promissora. Com campanhas públicas claras e mensagens em massa expandiremos o controle", disse Marsicano.

"O controle tem várias ações: o aumento do preço dos cigarros, áreas livres de fumo, a educação, as advertências nos maços de cigarros. e proibição de publicidade, devemos fortalecê-los", disse Angueira.

Fonte: Clarin – Edição: SE-Conicq

https://www.clarin.com/sociedad/cigarrillo-afuera-anfitriones-quieren-casas-libres-humo_0_rk5PVeZZZ.html

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA